

A ENCRUZILHADA “XACLAN”:

Afonso Botelho e os Kaingang nos sertões do Paraná (século XVIII)

The “Xaclan” crossroads: Afonso Botelho and the Kaingangs in the backlands of Paraná (18th century)

Daniele
WEIGERT

✉ danieleweigert@gmail.com

Universidade de São Paulo,
São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda a expedição realizada por Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que adentrou territórios indígenas no século XVIII. A expedição de Botelho se deu no contexto das reformas pombalinas, momento em que a Coroa Portuguesa tentava implementar novas diretrizes para as políticas indigenistas, buscando angariar entre os nativos novos súditos nos sertões, a fim de garantir o domínio sobre os territórios coloniais em disputa. Nesse contexto, Botelho percorreu os territórios dos chamados Campos de Guarapuava, no terceiro planalto paranaense, entrando em contato com grupos nativos de origem Jê, denominados desde o século XIX de Kaingang. Por meio de três relatórios da expedição e uma parte da iconografia produzida, buscaram-se indícios referentes à territorialidade e à liderança indígena, captando elementos da cultura Kaingang presentes na organização dos espaços e que influíram no encontro com os exploradores estrangeiros.

Palavras-chave: Kaingang; territorialidade; liderança indígena; contato interétnico.

ABSTRACT

This paper approaches the expedition carried out by Afonso Botelho de Sampaio e Souza, which entered indigenous territories in the 18th century. The expedition of Botelho took place in the context of the Pombaline reforms, a moment in which the Portuguese Crown was trying to implement new guidelines for indigenist policies, seeking to attract new subjects among the native people in the backlands in order to guarantee control over disputed colonial territories. In this context, Botelho traveled through the territories of the so-called Fields of Guarapuava, in the third plateau of Paraná, coming into contact with native groups of Jê origin, known as Kaingang since the 19th century. Through three reports of the expedition and part of the produced iconography, evidence related to the territoriality and indigenous leadership were sought, capturing elements of the Kaingang culture present in the organization of the spaces and which influenced the encounter with foreign explorers.

Keywords: Kaingang; territoriality; indigenous leadership; interethnic contact.

Organizadoras: Juciene Ricarte Apolinário e Maria Adelina Amorim

Entre os anos de 1768 e 1772, o Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza comandou expedições exploratórias pela região do Tibagi, no terceiro planalto Paranaense. Como agente executor das políticas expansionistas no Brasil, Botelho organizou as expedições com o objetivo de ampliar os territórios para a Coroa Portuguesa nos planaltos meridionais, vasta fronteira disputada com os espanhóis. Cumprindo ordens do governador da recém-instaurada Capitania de São Paulo, Botelho enviou expedições ao sertão de Curitiba, região que diziam ser rica em recursos minerais, como ouro e diamantes (BELLOTTO, 2007, p. 134-145).

As incursões iniciadas em dezembro de 1768 foram dirigidas de longe pelo Tenente-Coronel até 1771. Em dezembro desse ano, Botelho percorreu os territórios já assinalados pelas frentes exploratórias portuguesas, que criavam entrepostos avançados em portos naturais pelo Rio Iguaçu e pelos Campos de Guarapuava, sertão remoto a oeste de Curitiba (SAMPAIO; SOUZA, 1896b [1771], p. 37-81). Com a chegada do Tenente-Coronel, ampliou-se a aproximação aos grupos indígenas que habitavam os territórios, os quais, aparentemente, mantinham-se até então à espreita dos exploradores portugueses.

Uma das expedições estava acampada na margem nordeste do rio Jordão, que cruza os Campos de Guarapuava, composta de cavaleiros, soldados a pé e escravos, todos liderados por Botelho. No dia 15 de dezembro de 1771, depois de ouvir a missa dominical, mais de duas dezenas de exploradores da referida expedição atravessaram as águas traiçoeiras do rio, rumo à margem ocidental. Após chegar ao outro lado, destinaram-se ao sul, encontrando pelo caminho vários ranchos dos “gentios”, muitos com objetos para preparação de alimento, peças de tecidos naturais feitas à mão e plantações em diferentes estágios de desenvolvimento (SAMPAIO; SOUZA, 1896a [1771], p. 267-270; SAMPAIO; SOUZA, 1896b [1771], p. 83-86).

A expedição recolheu nos ranchos dos “gentios” alguns “trastes” dos indígenas como amostra, deixando em troca facas, miçangas, medalhas e todo tipo de quinquilharia, além de recolherem um pouco do milho das plantações como suprimento para eles e para os cavalos (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 268-270; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 85-86). Seguindo pelos campos, parte da expedição fez explorações por uma trilha dos indígenas, entrando em contato amistoso com um nativo e cinco filhos que coletavam pinhões. Esses exploradores voltaram quase nus ao ponto de encontro da expedição, pois tinham dado suas roupas para agradar aos indígenas encontrados pelo caminho, que por gestos mostraram onde estavam “arranchados”, além de prometerem voltar no dia seguinte (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 270-271; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 87).

Depois desse encontro, sucederam-se outros, incluindo visitas ao acampamento das expedições portuguesas pelos indígenas e a retribuição de Botelho, que visitou as habitações dos nativos de Guarapuava, com a cautela dos indígenas de afastar mulheres e crianças nesses primeiros encontros. Diante dessas amistosas visitas, os portugueses acreditavam nas boas disposições para a redução e a conversão dos indígenas ao catolicismo (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 275; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 92-93).

Segundo algumas palavras que os portugueses perceberam nas conversas com os indígenas de Guarapuava, aquele povo se autodenominava “Xaclan” (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 279; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 96). Contudo, os exploradores acreditavam que estes não eram os únicos a habitar as terras, pois ao nordeste e a leste havia verdes campanhas que não faziam divisa com trilhas ou caminhos, o que convenceu os portugueses de que nelas habitava “outra nação de gentios” (SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 102). Além disso, encontraram diversas habitações, algumas queimadas, outras abandonadas há poucos dias, cujo paradeiro dos moradores pouco se sabia.

Pelas informações dos exploradores, “Xaclan” era a única “nação” com a qual a expedição portuguesa entrou em contato. Entre os homens nativos, identificaram um provável líder, o qual mostrava mais “madureza” e a quem os indígenas chamavam *pay*. Essa mesma designação foi atribuída ao Tenente-Coronel Botelho, também chamado de *pay* pelos indígenas, o que mostra que os “Xaclan”, assim como os exploradores, também identificaram o líder do grupo estrangeiro, demonstrando deferência e reconhecimento em relação a Botelho, o *pay* dos portugueses (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 272; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 89).

As várias demonstrações de amizade, que persuadiram os portugueses da “boa índole” do “gentio Xaclan”, entretanto, provaram-se frágeis. Depois dos muitos dias reconhecendo os Campos de Guarapuava e terrenos contíguos, Botelho escolheu um ponto para iniciar a construção de uma fortaleza para a povoação que deveria erigir, como sinal da conquista portuguesa daquelas terras. No dia 8 de janeiro de 1772, decidido a ir ao lugar do futuro forte, o Tenente-Coronel deu ordem para que se aprontassem os cavalos, mas seus planos fracassaram (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 284; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 102).

Nesse dia, Botelho e sua expedição foram surpreendidos por enormes comitivas dos gentios que vinham de diferentes direções, em um número de aproximadamente 150 indivíduos, com homens e mulheres. Os exploradores julgaram que os indígenas cumpriam a promessa de visitá-los, por isso os nativos não causaram temor nos portugueses, os quais, porém, mantiveram suas peças de artilharia prontas. Os nativos tocavam gaitas de taquara e traziam milho-verde e bolos de milho, convencendo os exploradores de que se tratava de uma visita amigável (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 284; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 102).

A aparente confraternização, contudo, teve um desfecho inesperado. Alguns portugueses assentiram ao convite dos nativos de atravessar a pé a margem oposta do rio Jordão, afastando-se do ponto onde estava acampada a expedição. Encobertos pela “lomba”, a meia légua do abarracamento português, alguns exploradores incautos e desarmados foram atacados e mortos por uma multidão de indígenas que se havia mantido escondida, porém os corpos desfalecidos dos infelizes exploradores foram avistados por um oficial de maior patente que vinha logo atrás a cavalo e astutamente fugiu. Botelho disse que não poderia vingar as vítimas, pois os indígenas se retiraram apressadamente ao avistarem o sobrevivente que retornava com a notícia da “traição”. Depois do ataque e em virtude do fim dos provimentos necessários para se manter

nos hostis Campos de Guarapuava, Botelho e subordinados recuaram (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 285-286; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 104-105; SAMPAIO E SOUZA, 1962 [1768-1774], p. 44).

As expedições de Botelho nos sertões de Tibagi e Campos de Guarapuava vinham na esteira das “Leis de Liberdades” (1755) e do Diretório Pombalino (1757), legislações que buscavam regulamentar a questão da liberdade e autogoverno dos povos indígenas aliados, além de incentivar a integração dos povos, concedendo privilégios aos portugueses que contraíssem matrimônio com indígenas e impondo a obrigatoriedade da língua portuguesa. A respeito das legislações indigenistas, pontua-se alguns aspectos.

Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 115-131) salientou a distinção das políticas “indigenistas” aplicadas aos índios aldeados e aliados, em oposição aos nativos inimigos, ao longo do período colonial. Aos primeiros, sempre foi reconhecida a liberdade; enquanto, aos segundos, a escravização era permitida. A utilização da força de trabalho desses grupos, no entanto, era generalizada, pois, embora aos aldeados fosse garantido, por diversas leis promulgadas pela Coroa portuguesa, o pagamento pelos trabalhos, isso nem sempre foi cumprido pelos colonos, que se apropriavam dessa mão de obra, além de, não raro, realizarem escravização de povos aliados, que viviam pelos sertões (SAMPAIO, 2012, p. 142).

Com ampliação dos conflitos com os jesuítas, por causa da redistribuição dos nativos aldeados, além das tentativas de redefinição das fronteiras no século XVIII, era necessário garantir a liberdade dos nativos, tanto para inibir abusos dos colonizadores quanto para angariar vassalos. Em 1755, a Coroa promulga as chamadas “Leis de Liberdades”, pelas quais não só os nativos foram entendidos como pessoas livres, mas houve o reconhecimento da autonomia política dos povos, já que delegavam a administração dos aldeamentos aos “Principais”, ou seja, aos chefes indígenas (FARAGE; CUNHA, 1987, p. 106).

A aparente “benevolência” das medidas da Coroa portuguesa, nesse período, deu-se no contexto do Tratado de Madrid, cujo propósito era aliciar novos súditos nas fronteiras, que se opusessem aos inimigos da Coroa. Nesses termos, incluíam-se políticas de bom tratamento para a atração dos nativos à condição de vassalos de Portugal (GARCIA, 2009; FARAGE, 1991, p. 77). Atribuía-se, portanto, aos povos indígenas, um papel essencial no alargamento dos territórios coloniais, mas era preciso delinear formas mais apropriadas de controle desses súditos “livres”.

Diante da liberdade irrestrita a todos os povos indígenas, presentes nas determinações promulgadas em 1755, as autoridades coloniais criaram objeções à implementação da lei, com o argumento de que ocorreria a fuga dos povos que viviam em aldeamentos, além da recusa em realizar trabalhos para os colonizadores. Como resposta a essas inquietações, o Diretório Pombalino, a partir de 1757, criava um aparato jurídico, considerado essencial à implementação da liberdade dos povos recém-aldeados, colocando-os sob a tutela de um diretor leigo, não-indígena, ou seja, isso limitava a autonomia dos líderes nativos nos aldeamentos, que antes era garantida (SAMPAIO, 2012, p. 137).

Um dos papéis desses diretores era redistribuir os indígenas, enquanto trabalhadores livres, para exercer funções de defesa, atender às necessidades do serviço real, além de reparti-los entre os moradores, mediante portaria assinada pelos governadores (SAMPAIO, 2012, p. 141). O Diretório Pombalino deixa claro, com isso, que a “liberdade dos índios não era a liberdade de não trabalhar” para os colonizadores (MOREIRA, 2019, p. 154), tendo em vista que a recusa do trabalho se tornou um dos elementos que justificava a tutela dos indígenas, vistos como propensos à ociosidade (FARAGE; CUNHA, 1987, p. 107-108).

Dessa forma, a orfandade, que autorizava o Estado a colocar os índios sob o regime da tutela, surgiu como solução para garantir a mão de obra indígena em um momento de transição, no qual se buscava implementar políticas que reconheçam a liberdade dos povos.

Essas determinações buscavam consolidar o domínio de Portugal em lugares de disputa com outras nações, pois em 1750 havia-se firmado o Tratado de Madri, acordo guiado pelo princípio da posse de fato, ou seja, os territórios coloniais de cada uma das Coroas ibéricas seriam determinados pela ocupação e povoamento. Dessa forma, as políticas implementadas no período buscavam atrair novos súditos para a Coroa Portuguesa, de modo a consolidar o direito português sobre os territórios (FARAGE, 1991, p. 41; GARCIA, 2009, p. 33).

Na região sul da América portuguesa, os interesses coloniais levavam o descumprimento de acordos firmados pelas Coroas, irrompendo conflitos em que os povos indígenas foram envolvidos. Como destaca Elisa Frúhauf Garcia (2009, p. 77), é fundamental considerar a situação de fronteira dessa área, em que o aliciamento dos índios era considerado essencial para aumentar as forças portuguesas nas disputas com os espanhóis. Contudo, a autora também ressalta que em meio ao embate, as populações nativas utilizavam essa situação como uma forma de satisfazer os próprios interesses (GARGIA, 2009, p. 15).

Nesse contexto de disputas, os sertões de Curitiba se destacavam, pois eram territórios de integração com a região do Prata. A última região é composta de importantes rotas fluviais de escoamento da produção, sendo a chave de acesso aos importantes estuários do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banham terras consideradas na época as mais ricas e férteis do Brasil (BANDEIRA, 2012, p. 77-78). Diante da importância estratégica dos territórios sulinos, além da ampliação das disputas na região platina, a Coroa Portuguesa determinou a restauração da Capitania de São Paulo, instituindo D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, como governador, o qual teria a prerrogativa de fortalecer militarmente a região e promover explorações pelo sertão (BELLOTTO, 2007, p. 93-94).

Além da “empresa do Iguatemi”, que marcou o governo de D. Luís, ele também foi o responsável pela promoção das explorações geridas por Afonso Botelho (seu parente) nos Sertões de Tibagi, atingindo os territórios contíguos dos Campos de Guarapuava. Segundo Bellotto (2007, p. 141), Morgado de Mateus tinha pretensões de conquista de territórios para a Coroa Portuguesa, acreditando que o povoamento

do Tibagi formaria a desejada barreira protetora, garantindo a posse das riquezas minerais da região.

Cabe ressaltar que os Campos de Guarapuava e os Sertões de Tibagi não eram áreas inexploradas pelos colonizadores. Os territórios dominados por povos indígenas foram alvo dos espanhóis e portugueses ao longo do século XVII. O avanço à leste de Assunção levou os espanhóis a fundar núcleos coloniais na região denominada Guaíra, explorando o trabalho dos nativos do lugar pelo sistema de *encomiendas*. Na região a Igreja Católica também se fez presente; coube aos jesuítas instituir reduções que reuniam indígenas de várias etnias, incluindo antepassados dos “Xaclan” (SCHALLENBERGER, 1997, p. 191).

Quanto aos colonizadores portugueses, sua inserção não se deu por núcleos de povoamento, mas a presença dos súditos de Portugal era recorrente e sentida pelos indígenas. As bandeiras escravizadoras dos paulistas percorriam a região, esvaziando aldeias e reduções pelo aprisionamento preferencial de indígenas Guarani (MONTEIRO, 1992, p. 493). Como alvo das *encomiendas* paraguaias, das bandeiras paulistas e das reduções jesuíticas, a população Guarani, que dominava os territórios paranaenses, decaiu drasticamente. A falta de mão de obra fez com que as pequenas povoações espanholas instaladas na região não prosperassem, deixando de existir.

Voltando-se mais para o oeste de Assunção e para o extremo sul da bacia do Prata, os espanhóis, então, deixaram de visar Guaíra (QUARLERI, 2009, p. 88). Do lado português, a trégua aos indígenas que habitavam os planaltos paranaenses não foi total, mas a mortandade dos nativos e os maiores lucros com o tráfico de africanos fizeram com que o trabalho indígena deixasse de ser tão atrativo. Nesse novo contexto, o arrefecimento das bandeiras possibilitou que os Jê meridionais voltassem a dominar a região.

Os povos Jê meridionais formavam vários grupos que habitavam os planaltos antes mesmo dos Guarani. Por meio de vestígios arqueológicos de cerâmica atribuídos aos proto-Jê do sul, os arqueólogos calculam que por volta de 4.000 anos atrás esses grupos humanos já habitavam as terras altas do Paraná. Por volta de 2.000 anos, contudo, os vestígios de cerâmica Tupi-Guarani indiciam a expansão Guarani pela região, provocando o deslocamento dos Jê para as terras mais altas e frias da região sul (PARELLADA, 2016, p. 165-166; ROBRAHN-GONZÁLEZ; DE BLASIS, 1998, p. 58; NOELLI, 1999-2000, p. 241). A dinâmica expansionista Tupi-Guarani pelos planaltos paranaenses, portanto, seria profundamente afetada pelo contexto colonial, provocando a reocupação das áreas pelos Jê do sul, como os “Xaclan”.

A restauração de São Paulo mais de um século depois dos conflitos no Guaíra, todavia, iniciaria um novo momento da expansão portuguesa pelos territórios, atingindo diretamente os povos indígenas que habitavam a região; a expedição de Botelho se insere nesse contexto. Ressalta-se, contudo, que as disposições dos portugueses com os grupos indígenas no período eram influenciadas pelas diretrizes do Diretório Pombalino, o que deslegitimava as atitudes violentas até então utilizadas pelos colonizadores.

As pretensões expansionistas de Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, tinham a oposição do Marquês de Lavradio, o qual temia a reação dos indígenas diante das expedições com claras intenções de conquista. Supunha-se que os empreendimentos do governador da Capitania de São Paulo nos sertões do Paraná causariam o abandono da região pelos indígenas, os quais também poderiam se aliar aos espanhóis, garantindo a estes o domínio dos territórios, e assim contrariando as políticas que Pombal buscava implementar (SEVCENKO, 2003, p. 22). Ademais, os conflitos na região platina se intensificavam, exigindo que os esforços e recursos para as explorações de Botelho fossem deslocados para essa região (BELLOTTO, 2007, p. 144).

Antes de mais nada, deve-se esclarecer que os indígenas denominados na fonte como “Xaclan” eram antepassados dos povos Kaingang. Junto com os povos Xokleng, os Kaingang são chamados Jê meridionais por possuírem referências culturais, históricas e linguísticas em comum. Até o século XIX, os ancestrais desses grupos humanos habitavam territórios contíguos, abarcando áreas dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de regiões na Argentina e Paraguai (SILVA; NOELLI, 2016, p. 9-10).

Esse é o contexto em que Botelho realizou as expedições nos Campos de Guarapuava, adentrando os territórios indígenas. Sobre essa empreitada o Tenente-Coronel produziu três relatórios, sendo que um deles recebeu ilustrações atribuídas a Joaquim José de Miranda. Os relatórios e uma pequena amostra da iconografia compõem as fontes desta pesquisa. Nesse sentido, é necessário destacar que a documentação foi produzida também com a finalidade de justificar o fracasso da expedição à Coroa Portuguesa, imputando a culpa ao comportamento “bárbaro” dos nativos.

Com essas documentações, atentou-se às informações sobre liderança e territorialidade indígena, de modo a decompor a cortina de fumaça civilizatória das fontes. No trabalho, fez-se uso do método indiciário, procurando-se nos detalhes indícios e sinais que pudessem informar sobre as sociedades indígenas (GINZBURG, 1989, p. 143-180). A abordagem também se insere na perspectiva da etno-história, por aliar os fatos estudados que informam sobre as sociedades Kaingang aos documentos históricos que descrevem o contexto de contato, com o objetivo de entender os elementos da cultura indígena que delinham as territorialidades e definiam as lideranças.

Apropriando-se de uma tradição da Antropologia de explicar determinadas sociedades com base em analogias, Paulo Roberto Homem de Góes (2018, p. 34) se utiliza de uma metáfora botânica para explicar a forma sociocultural Kaingang. Para o autor, esse povo, à maneira de raízes tuberosas, desenvolveria seus territórios.

Enquanto raízes tuberosas, os Kaingang possuem um enraizamento profundo na terra, onde enterraram seus umbigos. Dessa forma, nas aldeias atuais existem unidades territoriais, formadas por indivíduos conectados pelo parentesco com o

mesmo “tronco velho”. Essas unidades são definidas por Góes como “casas”, se estabelecendo a partir do fogo, do pátio e das mulheres. Em torno desses lugares orbitariam os núcleos residenciais da família extensa, as chamadas “parentagens”. O conjunto das unidades territoriais (casas), por conseguinte, formaria a aldeia (GÓES, 2018, p. 99-103).

O padrão percebido por Góes pode ser comparado aos relatos da expedição de Botelho. Ao explorar os territórios de Guarapuava, os portugueses andaram pelos caminhos dos indígenas, os quais conectavam habitações. Algumas dessas habitações são descritas como pequenas e precárias, constituindo acampamentos temporários, em que os ancestrais dos Kaingang poderiam ter realizado atividades sazonais de caça, pesca e coleta. Outras, contudo, eram descritas como “grandes ranchos”, onde os exploradores encontraram objetos, colheitas e tecidos, indicando que se tratava de habitações fixas (*emã*). Assim, enquanto as unidades territoriais dos Kaingang atuais são compostas de diversas habitações dos núcleos familiares que compõem a casa, no passado os relatos indicam que o conjunto das famílias não só formava unidades territoriais, mas também tinha nos ranchos o centro da vida social.

De acordo com Borba, que conviveu com os Kaingang no Aldeamento de São Pedro de Alcantara, as habitações eram grandes ranchos de 25 a 30 metros de extensão, cobertos e cercados por folhas, com duas pequenas portas em cada extremidade e sem divisórias. No centro dessas habitações, os nativos acendiam fogueiras para cada família (BORBA, 1908, p. 8-9). Há outras referências similares sobre as moradas dos Kaingang de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde também foi observada a existência de fogueiras para cada unidade familiar que coabitava o “rancho” (D’ANGELIS; VEIGA, 2003, p. 230-231).

As descrições indicam que as habitações reuniam núcleos familiares conectados por um ancestral comum, como ocorre nas atuais unidades territoriais Kaingang, as quais estão interligadas entre si pelos “troncos velhos”. Nesses termos, a “casa”, entendida por Góes (2018, p. 99) não como um edifício, mas enquanto um lugar onde as relações se adensam no tempo, se materializava no passado nos “grandes ranchos” Kaingang.

Dessa forma, os “ranchos” encontrados por Botelho constituíam o centro das unidades territoriais; na proximidade dessas construções, os exploradores portugueses encontraram plantações e animais de caça, como porco selvagem e perdizes, o que indicava a presença de elementos fundamentais que garantiam a existência dos grupos domésticos. Essas unidades territoriais, por conseguinte, estavam conectadas por caminhos, que interligavam os conjuntos de ranchos e sinalizam uma dimensão mais ampla da territorialidade Kaingang: as unidades territoriais interconectadas, que formavam o que o Tenente-Coronel Botelho chamou de “nação” e o que Góes (2018, p. 103) define como “aldeia”.

Deve-se destacar que os Kaingang possuem um sistema social marcado pelo dualismo, ou seja, a sociedade é dividida em dois grupos: Kamé e Kairu. Estes nomes referem-se aos irmãos mitológicos que originaram os Kaingang, e acredita-se que aspectos da personalidade atribuída a cada irmão são incorporados pelos indivíduos que possuem a marca de um ou outro grupo. Assim, Kamé seria mais forte, e Kairu mais

inteligente. As marcas se materializam nas pinturas corporais feitas em rituais, havendo a metade dos pintados (Kairu) e a dos riscados (Kamé). O dualismo, todavia, não se expressa apenas no rito, mas surge na fauna e na flora que envolve os nativos, os quais percebem padrões das marcas (riscados ou pintados), bem como características de cada metade, em animais e plantas (NIMUENDAJÚ, 1993, p. 58-59).

Nos indivíduos, contudo, o pertencimento a determinada marca não é definido por aspectos físicos ou da personalidade, apesar de se perceber nas pessoas certos atributos da metade a que pertencem. A marca é determinada pelo lado paterno, o que também acaba delineando interdições matrimoniais entre pessoas da mesma metade. Assim, se cria uma complementariedade, pois as trocas matrimoniais devem ocorrer entre indivíduos de metades opostas (VEIGA, 1994, p. 138).

Porém, não só o dualismo distingue sociedades Kaingang. Segundo Ricardo Cid Fernandes (2003, p. 67) outro elemento decisivo nessas sociedades é a natureza concêntrica do dualismo, caracterizado pela relação próximo-distante. Nesse sentido, o pertencimento à marca não é o único critério classificatório operacionalizado pelos grupos Kaingang, sendo também acompanhado do distanciamento genealógico. Com isso, o autor demonstra que alianças entre os Kaingang se dão levando os afins distantes ao interior do grupo, e ao mesmo tempo expulsando os consanguíneos, levando-os a unirem-se a outras aldeias.

Assim como o dualismo, o gradiente concêntrico observado por Fernandes era determinante na constituição de alianças matrimoniais que envolviam arranjos políticos, ao mesmo tempo que definia inimigos preferenciais nas guerras empreendidas. A dimensão concêntrica, todavia, não se limita a aspectos da organização social ou das tramas de guerra e aliança, mas também se projeta na forma como as aldeias estão constituídas. Os espaços que constituem uma unidade territorial, compõem-se a partir de dimensões sociais que vão da relação mais íntima e familiar, centralizada no lugar do fogo (*in si*), passando pela gradação intermediária do pátio em volta das residências (*in jy*), onde as pessoas que não compartilham o fogo se relacionam, até chegar aos territórios contíguos de plantações, campos e matas (GÓES, 2018, 94-96).

As unidades assim caracterizadas se espalhavam por espaços mais extensos no passado, mas também estavam ligadas por laços de parentesco que determinavam trocas de mercadorias, favores e obrigações. A investida guerreira dos antepassados dos Kaingang, que em 1772 afugentou Botelho e seus subordinados, nos oferece indícios de que os grupos indígenas funcionavam como uma corporação em momentos críticos, em que a guerra era um elemento de coesão. Os portugueses relataram, a respeito desse ataque indígena, a chegada de bandos que vinham de diferentes direções (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 284; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 102). Essas descrições apontam para a existência de unidades independentes em Guarapuava, mas que, diante de ameaças, agiam de forma coordenada.

Além dos indícios que mostravam como os territórios indígenas estavam constituídos, o relato de Botelho também oferece algumas pistas sobre a liderança indígena. Observando os nativos contatados, os portugueses perceberam que a maioria trazia consigo arco e flechas, contudo havia dois que se destacavam por portarem “bordões”.

Diante do contraste das armas da dupla de indígenas, os exploradores inferiram que o objeto era um elemento de distinção, representando uma “insígnia de Oficial” (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 271; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 88). Os ditos “bordões” eram peças cilíndricas de madeira que mediam aproximadamente um metro e meio de comprimento, os conhecidos varapaus, identificados pelo historiador Lúcio Tadeu Mota (2008, p. 123-125) como uma das principais armas dos Kaingang, usada na luta corpo a corpo.

Tanto o arco e a flecha quanto o varapau foram representados nas estampas de Joaquim José de Miranda, que ilustrava as descrições de Botelho. Já nas duas primeiras estampas os nativos são representados com as armas em punho e continuam a portá-las em muitas das ilustrações. Nesses desenhos os portadores dos varapaus aparecem em um plano de destaque nas interações com os portugueses; em outras estampas, um deles surge à frente dos demais indígenas enfileirados (estampa 15). O varapau aparece na maioria das imagens como apoio, mas também é representado na estampa 36 como uma arma, empunhado por um nativo que atacava o cavaleiro em fuga (Figura 1). Ressalta-se que nos relatos oitocentistas sobre os Kaingang, o varapau foi descrito como de uso comum, sem a referência de que apenas os líderes indígenas portavam estes objetos, como observou Botelho no século XVIII.

Outra indicação de Botelho de aspectos da liderança diz respeito à designação *pay*. Como foi dito, os portugueses perceberam que essa designação se referia a um indivíduo de destaque entre os “Xaclan”. Em uma das descrições de Botelho, ele relata que conheceu o *pay*, na primeira visita dos indígenas de Guarapuava ao acampamento dos portugueses. O encontro se deu como retribuição por parte do primeiro nativo contatado, o qual, depois de receber roupas, fez gestos na despedida de que retornaria no dia seguinte (SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 89).

Cumprindo a promessa, o indígena apareceu no acampamento português, acompanhado por outros nativos, mas com a precaução de alguns ficarem escondidos. Diante da boa recepção dos portugueses, os indígenas que espreitavam entre as matas foram chamados pelos demais. Sobre esse encontro, Botelho faz o seguinte relato: “entre estes vinha um, a que chamavam Pahy [...] e todos entraram a tratar ao dito tenente-coronel por Pahy” (SAMPAIO E SOUZA, 1962 [1768-1772], p. 33). Esse relato de Botelho indica como ilustração a estampa de número 20, na qual se observa no centro da cena um português, provavelmente o próprio Tenente-Coronel, vestindo um dos indígenas, possivelmente *pay* (Figura 1).

O encontro assemelhou-se a uma apresentação formal dos líderes nativo e português, promovida pelos primeiros indígenas contatados. Nessa apresentação, “Pahy” não era o nome próprio do apresentado, mas a posição que ocupava; por isso os indígenas também chamaram Botelho de *pay*, ou seja, na visão dos nativos ambos tinham papel similar de líderes em seus respectivos grupos.

Outro fator a se observar é a inexistência do signo de distinção, pois, tanto na ilustração quanto no relato, *pay* não é representado empunhando o varapau, outrora registrado como “insígnia de Oficial”². O que destacava *pay* em relação aos outros era a idade, pois os portugueses assinalaram que ele “mostrava mais madureza”,

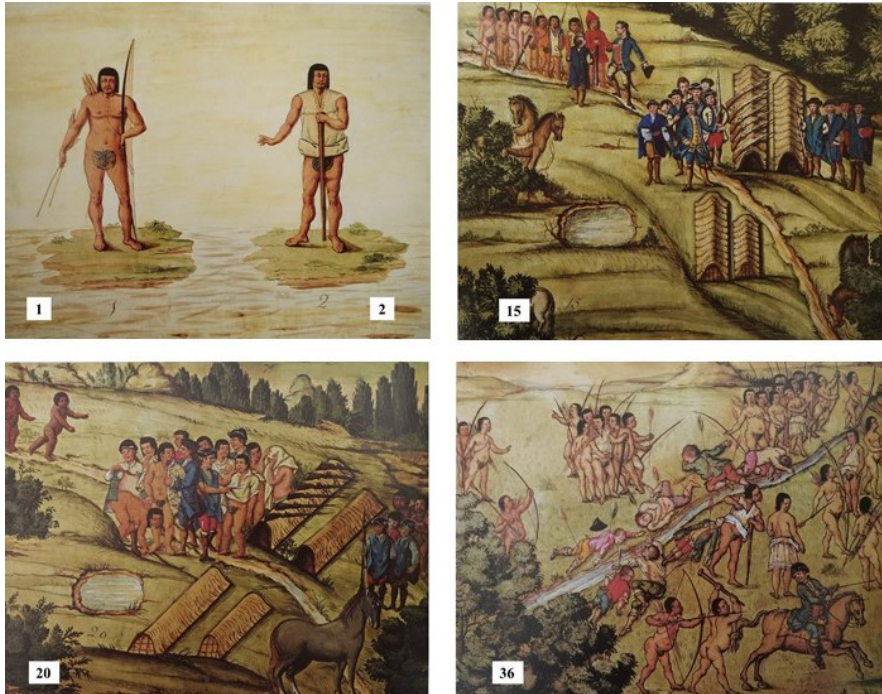


Figura 1 – Estampas ilustrativas de Joaquim José de Miranda sobre a expedição de Botelho e os nativos de Guarapuava.⁸

Fonte: KOK, 2004, p. 171, 176-177.

expressão que identifica *pay* como um homem mais velho (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 272; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 89; SAMPAIO E SOUZA, 1962 [1768-1772], p. 33).

Nimuendajú (1993, p. 62) descreve *pay*³ como uma classe cerimonial, central na realização das festas aos mortos, pois eram eles os rezadores e organizadores, sendo, todavia, muito sensíveis às más influências de pessoas e feitiços. Essa descrição do etnógrafo aponta para o papel cerimonial do *pay*, ao qual existiriam celebrações específicas para homenagear, como a cerimônia de “sentar no kurú⁴ branco” (NIMUENDAJÚ, 1993, p. 68). As referências do autor sinalizam o papel religioso do *pay* nas sociedades Kaingang, as quais, entretanto, possuem indivíduos que exercem a função específica de xamãs, os chamados *kujá*.

De acordo com os textos de Botelho, em descrições de outros contextos de contato os colonizadores não perceberam a posição cerimonial dos *pay*, possivelmente devido ao preconceito contra os rituais de celebração aos mortos realizados pelos Kaingang. Botelho, contudo, não relata ter presenciado tal celebração; portanto, desconhecia por

completo o papel cerimonial dos *pay*. Porém, o Tenente-Coronel conseguiu perceber a posição de destaque do *pay*, por isso anotou a designação que os nativos davam aos líderes políticos.

Sobre palavras indicativas de chefias, Kimiye Tommasino (1995, p. 81) assinala que a expressão original utilizada para designar autoridade política entre os Kaingang era “*rekakê*”. A autora atribui o significado genérico de “liderança” à palavra *pay*, a qual surgiu do contato com os “brancos”, derivando de palavras como *pai* ou *padre*. Nessa linha, Tatiana Takatuzi (2005, p. 60-61) aponta que o termo *pay* também existe na língua Guarani, se aplicando a um homem de certa idade, ao pai, ao velho. Diante desse significado, Takatuzi relacionou o surgimento da palavra a um contexto de interação entre Kaingang, Guarani e colonizadores europeus, pois nas línguas dos três povos existe um termo com significado similar.

Quanto aos contextos de interação entre Kaingang e Guarani, destaca-se que estes povos eram inimigos tradicionais. Ambos disputavam os planaltos paranaenses, e há vestígios arqueológicos que indicam a expansão Tupi-guarani sobre os territórios habitados pelos ancestrais dos Kaingang, como foi dito anteriormente (NOELLI, 1999-2000, p. 249). As interações dos grupos Jê do sul com os Guarani, portanto, se davam antes mesmo das descobertas, sendo que foram encontrados em sítios Tupi-guarani fragmentos de cerâmica atribuídos aos Jê (CHMYZ, 1977, p. 9), sinalizando a incorporação de indivíduos de outras origens às aldeias guarani.

Indícios de interações entre os Guarani e ancestrais dos Kaingang coetâneos a Botelho podem ser encontrados nos seus próprios relatos. Em uma das visitas dos nativos, Botelho ressaltava a incompreensão da língua dos “Xaclan”, afirmando que ela era muito diferente da língua geral, ou seja, não era de origem Tupi. Contudo, em uma das passagens com os “Xaclan”, o Tenente-Coronel relatou que depois de receber roupas e colares de miçangas, uma jovem saiu muito feliz da barraca, dizendo que “estava muito bonita, o que se lhe percebeu por ser quase na língua da terra” (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 277; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 95).

A expressão reconhecida pela similaridade das palavras com a língua da terra, dita pela moça indígena, é um indício da circularidade cultural no mundo colonial, em que os contatos e trocas interétnicas eram constantes. As interações dos grupos indígenas, todavia, seguiam uma lógica independente, e nesse caso poderiam ter decorrido do roubo de mulheres, já que entre os Kaingang a prática era frequente, incidindo principalmente sobre a população feminina e infantil de aldeias inimigas; portanto, pode-se cogitar a possibilidade de a moça indígena ter sido uma Guarani raptada pelos “Xaclan”.

A adoção de palavras, assim como de outros elementos Guarani, poderia ocorrer em razão de práticas como o rapto, mas o termo *pay* sinaliza uma relação interétnica que incluía elementos não indígenas, ou seja, ele foi cunhado nas interações com o mundo colonial. Nesses termos, destaca-se que os “Xaclan” encontrados por Botelho eram provavelmente descendentes de povos que haviam participado das Reduções Jesuíticas no Guaíra. Essas reduções fixaram-se no oeste dos planaltos paranaenses, atraindo as populações Guarani que habitavam a região. Contudo, os missionários

também mencionaram a presença de grupos falantes de outras línguas, o que indica que nos aldeamentos jesuíticos também viveram ancestrais dos Kaingang.

A concentração desses grupos populacionais nas reduções favoreceu as expedições escravizadoras realizadas pelos paulistas. Assinaladas por John Manuel Monteiro (1992, p. 493) como o “surto sertanista”, as expedições apresadoras realizadas nos anos de 1628 a 1641 provocaram o deslocamento de boa parte da população indígena, com destaque aos Guarani. Os povos Guarani eram preferidos em virtude do conhecimento que os paulistas tinham da língua falada, pertencente ao mesmo tronco Tupi do qual derivava a língua geral da terra.

O contexto de interação e troca vivenciado nas reduções poderia ter originado a adoção da palavra “pay” pelos indígenas que permaneceram na região. Os mais de 100 anos que separam a destruição das reduções guairenhas e as expedições de Botelho, entretanto, enfraquecem a tese de que o termo “pay” advinha da palavra espanhola *padre* e tenha surgido da interação de Guarani, Kaingang e missionários espanhóis. A possibilidade de a palavra ter sido adotada e sobrevivido por todo esse tempo é remota, mas o próprio relato de Botelho oferece indícios de contatos entre portugueses e indígenas na região, nos quais palavras e significados poderiam ser reiterados, modificados e ressignificados.

Apesar de destacar a “traição” dos “Xaclan”, que aparentemente atacaram os portugueses sem motivo, Botelho ressaltou também as “tiraníssimas ações” empreendidas pelos colonizadores portugueses mais de 50 anos antes da expedição que comandava. A referência genérica do Tenente-Coronel às “ações” dos “antigos” sinaliza uma continuidade das expedições escravizadoras na região, fato que justificava a desconfiança que os indígenas demonstraram diante dos portugueses (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 280; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 97).

Sobre esse tema, Stuart Schwartz (2001, p. 275-277) salientaram a centralidade do trabalho compulsório dos indígenas nos núcleos coloniais que se formavam nos planaltos paranaenses. Para o autor, mesmo com as leis proibitivas da escravidão indígena, as freguesias do Paraná utilizaram-se da força compulsória dos nativos por causa das limitações econômicas dos colonos, os quais não tinham capital para adquirir africanos, que eram relativamente mais caros. Nos registros a partir de 1751, Schwartz percebeu que a tendência começou a mudar, com os escravizados de origem africana prevalecendo nos registros paroquiais de Curitiba, o que demonstra a transição da força de trabalho de indígenas para africanos.

A configuração de uma escravidão legítima se dava pela guerra justa ou resgate, algo que não se aplicava às expedições de apresamento de indígenas promovidas pelos colonizadores nos sertões do Paraná. Os colonos, entretanto, conseguiram contornar os obstáculos jurídicos ao assumir o papel de administradores particulares dos indígenas, considerados incapazes de administrar a si mesmos (MONTEIRO, 1994, p. 137). Assim, na prática, o *status* de administrado pouco se diferenciava do de escravo, sendo que os indígenas continuavam a ser repartidos em inventários, vendidos e concedidos como pagamento de dívidas na Curitiba colonial. Os questionamentos

de tal situação, todavia, tornavam-se cada vez mais constantes conforme avançava o século⁵ (PORTELA, 2014. p. 58, 81).

Nesses termos, a fala de Botelho na década de 1770 corresponde a um período de questionamento das práticas de administração de indígenas, ampliada em decorrência das reformas pombalinas que iriam abolir a escravidão indígena no período. Assim, a menção do Tenente-Coronel às “tiraníssimas ações” dos “antigos” referia-se às expedições aprisionadoras que adentraram os sertões de Curitiba nas primeiras décadas do século XVIII, raptando os indígenas e transformando-os em administrados.

Os (des)encontros dos nativos com os colonos nos sertões ocorriam em termos nada cordiais com certa frequência desde os primórdios da colonização portuguesa. As experiências dos antepassados dos Kaingang com os estrangeiros, portanto, foram marcadas por raptos e outras inenarráveis atrocidades, fazendo com que os nativos articulassem estratégias de combate. Além das encruzilhadas, como a realizada pelos nativos contra alguns membros da expedição na visita aparentemente cordial ao acampamento português, outro sinal das estratégias dos “Xaclan” foram os ranchos abandonados.

Nas andanças de Botelho pelos territórios de Guarapuava, o Tenente-Coronel e alguns de seus subordinados encontraram ranchos desabitados. Sabe-se que os ancestrais dos Kaingang deixavam as habitações para realizar atividades sazonais ou abandonando-as de forma definitiva quando escasseavam os recursos (WEIGERT, 2020, p. 165). Contudo, as indicações sugerem que pelo menos um dos ranchos encontrados estava cheio de provimentos e cercado por plantações e animais de caça, ou seja, ainda satisfazia as necessidades dos indígenas (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 268-270; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 85-86).

Acrescenta-se a isso a possível permanência de mães, crianças e alguns homens nas habitações, onde continuavam realizando afazeres domésticos, trabalhos nas hortas e proteção dos ranchos, mesmo quando a maioria se retirava para realizar atividades sazonais em acampamentos temporários. Portanto, as indicações reforçam a retirada apressada dos nativos, momento em que deixaram para trás um rancho que não tinham a intenção de abandonar. O que motivou a debandada não é difícil de imaginar: avistando a ameaçadora presença dos estrangeiros, ou seja, homens parecidos com aqueles que outrora realizaram atrocidades contra seus antepassados, os “Xaclan” tomaram a resolução de deixar as habitações, se escondendo nas matas ou buscando o auxílio dos guerreiros de outros ranchos.

As ações de emboscada e a retirada diante de ameaças faziam parte das estratégias dos indígenas, assim como o afastamento de mulheres e crianças, também percebido por Botelho quando visitou os ranchos dos “Xaclan”. Como ávidos guerreiros, os descendentes dos Kaingang definiam táticas para se defender de inoportunos visitantes estrangeiros, que adentravam os territórios onde viviam.

A despeito das estratégias de proteção e ataque mobilizadas pelos “Xaclan” devido à presença dos estrangeiros, as visitas dos nativos ao acampamento dos portugueses sinalizam o interesse em conhecer os invasores. Esse interesse provavelmente se

deu por causa do comportamento diferenciado dos exploradores: realizaram uma aproximação cuidadosa, marcada pelo oferecimento de presentes e pela substituição de objetos tirados dos ranchos por outras mercadorias. Portanto, a aproximação dos exploradores, pelo que consta dos relatos, se distinguia dos ataques violentos que outrora homens não indígenas realizaram.

Os “Xaclan” mostravam interesse em tudo que os portugueses traziam. Até mesmo os botões das vestes, por serem reluzentes, causavam fascínio nos nativos, que os tiravam das roupas dos portugueses com o cuidado de não rasgar o tecido, possivelmente incorporando os botões a colares. O que mais rendeu a atenção dos indígenas, entretanto, foram as facas, facões, catanas e armas de fogo. Facas e facões foram oferecidos pelos estrangeiros, com os quais os ancestrais dos Kaingang demonstraram a utilidade dos objetos, “fazendo extremos de alegria, pondo-se com ele [facão] a cortar o Capim do Campo”. O mesmo se deu com um machado, o qual, por sinais, um dos indígenas demonstrou que seria útil na coleta do mel (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 271-272; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 87-90).

As ferramentas e as armas de metal, assim como objetos similares aos botões reluzentes, fizeram parte da estratégia de aproximação e conquista europeia dos territórios indígenas durante todo o período colonial. Da mesma forma, a expansão pelos territórios Kaingang, assim como a política de catequização implementada no século XIX, incluía a utilização de quinquilharias e ferramentas para a atração, constituindo parte dos gastos dos aldeamentos providos pelo Estado (AMOROSO, 1998, p. 179).

Aos indígenas a linguagem das trocas comerciais era conhecida, por isso também buscavam retribuir os presentes com suas próprias mercadorias, oferecendo pinhão, mel, arcos e flechas. Entretanto, as dádivas, por si próprias, eram incapazes de transmitir as intenções dos envolvidos, as quais eram tateadas em gestos e mímicas nem sempre compreendidas. A ausência do que Alida Metcalf (2019, p. 31) chamou de intermediários transacionais foi o principal motivo de o encontro dos portugueses com os “Xaclan” ter declinado para o conflito. Sem a presença de intérpretes, os portugueses não teriam como convencer os indígenas das suas “boas intenções”, tendo de contar com mercadorias que escasseavam no sertão remoto.

A anotação de Botelho sobre a “fala tão bárbara” dos “Xaclan”, totalmente distinta da “geral Indiana”, demonstra o teor das conversas, que entendiam ou pensavam entender apenas pelos gestos (SAMPAIO E SOUZA, 1896a [1771], p. 272; SAMPAIO E SOUZA, 1896b [1771], p. 89). A indicação de que os nativos de Guarapuava não falavam a língua geral também mostra o quanto os portugueses desconheciam os povos que habitavam os territórios coloniais. A despeito da abrangência de grupos falantes de variadas línguas no interior do Brasil, os conhecimentos dos colonizadores se limitavam ao universo Tupi, e por isso a língua de matriz Jê falada pelos “Xaclan” era desconhecida. Como era de se esperar, o encontro caracterizado pela pantomima composta de indivíduos de culturas diferentes foi marcado pela incompreensão.

Alguns trabalhos que analisaram os encontros de Botelho com os “Xaclan” apontam para a tentativa dos nativos de estabelecer alianças pelo casamento. A suposição decorre das passagens em que Botelho percebeu pelos gestos que os nativos iriam

buscar as mulheres ausentes, além de registrar a presença delas nas últimas visitas. Corroboram o argumento as experiências posteriores com os Kaingang de Guarapuava, datadas do século XIX, em que os nativos empreenderam ataques depois de os estrangeiros recusarem as mulheres que aqueles haviam oferecido (TOMMASINO, 1995, p. 92-93; VEIGA, 2000, p. 43; TAKATUZI, 2005, p. 48-49).

Os encontros nos quais os Kaingang tentaram estabelecer aliança pelo casamento das mulheres com os estrangeiros contavam com a presença de padres católicos, que provavelmente concebiam os arranjos como pecaminosos,⁶ por não seguirem as normas da Igreja. Nesses termos, a falta de intérpretes, associada ao moralismo dos padres que acompanhavam as expedições, impediu o estabelecimento de acordos e alianças nos primeiros encontros com os Kaingang, criando o cenário propício para a guerra.

Destaca-se que o binômio guerra/aliança fazia parte das sociedades ameríndias, constituindo a base das relações intertribais intermediadas pelas trocas comerciais. Estudando a questão da guerra e do comércio em comunidades indígenas, Lévi-Strauss (1942, p. 136-143) analisou o encontro de grupos Nambikuara e forneceu dados e conclusões preciosas sobre o tema.

Segundo o antropólogo, os grupos Nambikuara, descobertos em 1907, habitavam os chapadões do oeste e o centro do continente sul-americano, vivendo em condições extremas, em territórios de solo arenoso, com pouca vegetação e animais de caça. Em fins da década de 1930, esses grupos tinham uma relação equívoca: eles se temiam e, ao mesmo tempo, sentiam que eram necessários uns aos outros, pois cada bando se especializou na fabricação de mercadorias indispensáveis, fazendo com que a troca fosse algo não só desejável, mas fundamental a eles. Mesmo assim, as relações intermediadas por essa permuta eram marcadas pela possibilidade do conflito. Assim, as trocas comerciais representavam guerras em potencial, sendo que algumas eram pacificamente resolvidas, e outras eram irremediáveis, pois resultavam de transações malsucedidas (Lévi-Strauss, 1942, p. 136-143).

Quanto aos Kaingang, destaca-se que os termos das trocas comerciais englobavam alianças matrimoniais, as quais gerariam vínculos perenes com os portugueses, garantindo o acesso aos objetos que os últimos tinham a oferecer. Diante da recusa das condições, a resposta era a guerra. É interessante ressaltar que os conflitos com os Kaingang no século XIX foram intensificados em virtude dos saques que os indígenas promoviam nas estradas e em fazendas que tentavam se estabelecer nos territórios indígenas. As indicações de roubos, voltados para quinquilharias de ferro, armas e ferramentas, demonstram a incapacidade de indígenas e colonizadores de estabelecer relações de troca.

Nesses termos, Ricardo Cid Fernandes (2003, p. 104) aponta a regra geral da aliança via inter-casamento entre os Kaingang, a qual, uma vez subvertida por um grupo externo, acarretaria a superação de divisões internas, conferindo unidade ao sistema segmentado. Dessa forma, a recusa das mulheres ofertadas por um núcleo territorial gerava uma resposta em cascata de toda a aldeia, pois atingia o valor primordial da aliança, abrindo caminho para o polo oposto, ou seja, a guerra.

Deve-se salientar que a concepção da guerra como algo presente nas culturas indígenas foi alvo de intensos debates e críticas. Whitehead e Ferguson (2001, p. 3; WHITEHEAD, 1993, p. 285-305) consideram que o padrão guerreiro observado nos povos indígenas decorria do processo histórico em que os nativos foram envolvidos a partir da expansão europeia pela América. Tal contexto intensificava a violência, criando espaços nas margens do controle dos impérios coloniais, onde as próprias etnias poderiam surgir ou serem redefinidas devido aos conflitos internos.⁷

Como contraponto, Eduardo Viveiros de Castro sugere ponderação, avaliando que existe uma tendência de imputar aspectos problemáticos das sociedades ameríndias, como a guerra, aos efeitos avassaladores do Ocidente (CASTRO, 2002, p. 160). Nesses termos, considera-se que a guerra era um componente importante aos Jê meridionais que delineava as relações entre os grupos nativos. Dessa forma, entende-se que o contexto colonial certamente foi responsável pela intensificação dos conflitos na região, bem como pelas transformações das sociedades indígenas. As ações dos grupos nativos, no entanto, eram também informadas por experiências compartilhadas oralmente, as quais rememoravam a trajetória histórica dos povos.

Quarenta anos depois do trágico encontro com os “Xaclan”, em um contexto político muito diferente, a Coroa Portuguesa em fuga resolveu implementar planos expansionistas nos territórios do Brasil. As questões territoriais continuavam em aberto, porém já não se censurava mais o ataque aos povos indígenas, quanto mais aos de Guarapuava, depois dos acontecimentos com a expedição de Botelho. Em 1808, o príncipe regente D. João daria início a uma nova fase da política indigenista, declarando guerra aos indígenas de Guarapuava, e também reinstituindo a escravidão por guerra justa (CUNHA, 1992, p. 136-137; MOREIRA, 2017,127-147).

A partir das determinações do príncipe D. João, formaram-se expedições que realizaram a conquista dos sertões do Paraná. Os vários grupos de origem Jê dos Campos de Guarapuava e territórios contíguos, unificados mais tarde no etnônimo Kaingang, organizaram-se em um esquema de guerra e aliança com os colonizadores, os quais agora sim contavam com a ajuda de tradutores indígenas. O resultado de tal empreitada foi a colonização de terras e povos que resistiram ao avanço europeu por praticamente todo o período colonial.

A encruzilhada Xaclan foi uma demonstração de estratégias de resistência dos Jê do sul, inserindo-se no bojo de experiências multiculturais anteriores às descobertas. A chegada dos europeus iria adicionar mais um elemento ao caldeirão, mas os europeus, tão distintos dos grupos até então conhecidos, deveriam ser interpretados por esquemas outros.

A impossibilidade de falar e ser compreendido, bem como de escutar e entender, era apenas uma parte da incompreensão, pois o mundo dualista e concêntrico dos Kaingang continuou a ser ignorado pelos estrangeiros, mesmo com a presença de tradutores, assim como para as sociedades indígenas o mundo dos não índios ainda

hoje constitui o principal parâmetro da alteridade. A experiência Kaingang é, portanto, uma constante reprodução de si mesma pela interação com o “outro”.

Referências

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão*. Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena (Paraná-Brasil)*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHMYZ, Igor. Contatos interétnicos verificados em sítios Arqueológicos no Estado do Paraná, Brasil. *Hombre y Cultura: Revista del Centro de Investigaciones Antropologicas, Panamá*, v. 3, n. 2, p. 1-23. 1977.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Argos, v. 17, n. 18, p. 213-242. 2003.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARAGE, Nádia; CUNHA, Manoela Carneiro da. Caráter da tutela dos índios: origens e metamorfoses. In: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *Os Direitos dos Índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 103-117.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, Paulo Roberto Homem de. *Morfológicas: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (Dialeto Paraná) e os Mbya (Litoral Sul)*. 2018. 500 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58839/R%20-%20T%20-%20PAULO%20ROBERTO%20HOMEM%20DE%20GOES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 ago. 2021.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. *In: Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura, v. 32, p. 131-146. 1942. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_periodicos/bndigital1110/bndigital1110.pdf. Acesso em: 6 ago. 2021.

METCALF, Alida C. *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional. *In: CUNHA, M. C. da (org). História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 475-497.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Guerra, pacificação e sujeição: o nascimento da “escola severa” de “civilização” dos índios. *In: SOUZA, A. B. de et. al. (org.). Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 127-147.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventado a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. *Revista USP*, São Paulo: USP, n. 44, p. 218-269, dez/fev.1999-2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29849/31735>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

PARELLADA, Claudia Inês. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. *In: SILVA, Fabíola Andréa. AFONSO, Marisa Coutinho (org.). Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, n. 27, p. 158-167. 2016. DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137300>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137300/133043>. Acesso em: 6º Ago. 2021.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela C. da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 114-132.

PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 2014. 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36778/R%20-%20T%20-%20BRUNA%20MARINA%20PORTELA.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.; DE BLASIS, P. Investigações arqueológicas no médio/baixo vale do Ribeira de Iguape, São Paulo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, n. 8, p. 57-69.1998. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1998.109522>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109522/108001>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. A Descoberta dos Campos de Guarapuava. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XVIII, p. 263-288. 1896a [1771].

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Exploração do Tibagy. *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, v. 4, p. 37-107. 1896b [1771].

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícias da conquista e descoberta dos sertões do Tibagi na Capitania de São Paulo. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/Divisão de Publicações, v. 76. 1962 [1768-1774].

SAMPAIO, Patrícia Melo. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SCHALLENGER, Ernelo. *A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes et. al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 14-23.

SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. História indígena e arqueologia: uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. In: SILVA, Fabíola Andréa. AFONSO, Marisa Coutinho (org.). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, n. 27, p. 5-20. 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137271>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137271/133018>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281412/1/Takatuzi_Tatiana_M.pdf. Acesso em: 6 Ago. 2021.

TOMMASINO, Kimie. *A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-27102016-121947/publico/1995_KimiyeTommasino.pdf. Acesso em: 6 Ago. 2021.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologias e práticas rituais Kaingang*. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20VeigaJuracilda.PDF>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

VEIGA, Juracilda. *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional*. 1994. 282 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20VeigaJuracilda_M.pdf. Acesso em: 6 Ago. 2021.

WEIGERT, Daniele. *Nas sombras das Araucárias: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900)*. 2020. 330 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-10082020-195541/publico/2020_DanieleWeigert_VCorr.pdf. Acesso em: 6 Ago. 2021.

WHITEHEAD, Neil. Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900. *L'Homme*, Paris: EHESS, v. 33, n. 126-128, p. 285-305, abr/dez. 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40589897>. Acesso em: 6 Ago. 2021.

WHITEHEAD, Neil; FERGUSON, Brian. The Violent Edge of Empire. In: WHITEHEAD, Neil; FERGUSON, Brian (Orgs.). *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fé: School of American Research Press, 2001, p. 1-30.

WHITE, Richard. *The middle ground: Indians, empires, and republics in the Great Lakes region, 1650-1815*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Notas

- ¹ Botelho faz as descrições em terceira pessoa, portanto aqui ele fala dele próprio.
- ² A ausência do termo na descrição do varapau pode ser decorrente de esquecimento do narrador.
- ³ Grafado “pai” no texto de Nimuendajú.
- ⁴ Tecido feito com a fibra da urtiga gigante.
- ⁵ Bruna Marina Portela (2014, p. 81) ressalta que, a despeito da situação similar à dos escravos, a condição jurídica de administrados permitiu que os indígenas questionassem na justiça o tratamento abusivo de seus administradores, alegando condição de pessoas livres, o que não acontecia entre os africanos escravizados no período.
- ⁶ Os relatos de Botelho não sugerem uma intervenção do padre da expedição. Fontes sobre o encontro dos colonizadores anos depois de Botelho, entretanto, relatam a exortação do padre que acompanhava a expedição de conquista, o qual ameaçou os soldados de excomunhão caso aceitassem as mulheres oferecidas pelos nativos (TAKATUZI, 2005, 48-49).
- ⁷ Esses espaços nas margens receberam vários nomes: Whitehead e Ferguson (2001) chamam de “tribal zone”; Mary Louise Pratt (1992) denomina “zonas de contato”; Richard White designa “middle ground” (2011).
- ⁸ As estampas que ilustram a descrição de Botelho eram no total de 40, sendo que a penúltima não está presente na Coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo (KOK, 2004, p. 189).

Declaração de financiamento

A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da CAPES (Código de Financiamento 001, n. 88882.386874/2019-01).

Daniele Weigert possui graduação em História pelo Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (2007), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2010) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Paraná, História dos Índios e Escravidão.